ECONSTOR
Make Your Publications Visible.

A Service of

ZBW Leibniz-Informationszentrum Wirtschaft
Leibniz Information Centre for Economics

Kubota, Luis Claudio; de Almeida, Marcio Wohlers

Working Paper

Comércio e serviços mercantis no Brasil: Uma análise de sua evolução recente

Texto para Discussão, No. 1640

Provided in Cooperation with:
Institute of Applied Economic Research (ipea), Brasília

Suggested Citation: Kubota, Luis Claudio; de Almeida, Marcio Wohlers (2011) : Comércio e serviços mercantis no Brasil: Uma análise de sua evolução recente, Texto para Discussão, No. 1640, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília

This Version is available at:
https://hdl.handle.net/10419/90933

Standard-Nutzungsbedingungen:

Die Dokumente auf EconStor dürfen zu eigenen wissenschaftlichen Zwecken und zum Privatgebrauch gespeichert und kopiert werden.

Sie dürfen die Dokumente nicht für öffentliche oder kommerzielle Zwecke vervielfältigen, öffentlich ausstellen, öffentlich zugänglich machen, vertreiben oder anderweitig nutzen.

Sofern die Verfasser die Dokumente unter Open-Content-Lizenzen (insbesondere CC-Lizenzen) zur Verfügung gestellt haben sollten, gelten abweichend von diesen Nutzungsbedingungen die in der dort genannten Lizenz gewährten Nutzungsrechte.

Terms of use:

Documents in EconStor may be saved and copied for your personal and scholarly purposes.

You are not to copy documents for public or commercial purposes, to exhibit the documents publicly, to make them publicly available on the internet, or to distribute or otherwise use the documents in public.

If the documents have been made available under an Open Content Licence (especially Creative Commons Licences), you may exercise further usage rights as specified in the indicated licence.

WWW.ECONSTOR.EU

Mitglied der Leibniz-Gemeinschaft

1640
TEXTO PARA DISCUSSÃO

ipea

COMÉRCIO E SERVIÇOS MERCANTIS NO BRASIL: UMA ANÁLISE DE SUA EVOLUÇÃO RECENTE

Luis Claudio Kubota
Marcio Wohlers de Almeida

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

1640
TEXTO PARA DISCUSSÃO
Brasília, julho de 2011

COMÉRCIO E SERVIÇOS MERCANTIS NO BRASIL: UMA ANÁLISE DE SUA EVOLUÇÃO RECENTE*

Luis Claudio Kubota**
Marcio Wohlers de Almeida***

* Agradecem-se os comentários de Fernanda De Negri e Miguel Matteo. No entanto, erros e omissões são de responsabilidade dos autores.

** Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura (Diset) do Ipea.

*** Diretor de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura da Diset/Ipea.

Governo Federal

Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República
Ministro Wellington Moreira Franco

ipea **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**

Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente
Marcio Pochmann

Diretor de Desenvolvimento Institucional
Fernando Ferreira

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais
Mário Lisboa Theodoro

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia
José Celso Pereira Cardoso Júnior

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas
João Sicsú

Diretora de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais
Liana Maria da Frota Carleial

Diretor de Estudos e Políticas Setoriais, de Inovação, Regulação e Infraestrutura
Márcio Wohlers de Almeida

Diretor de Estudos e Políticas Sociais
Jorge Abrahão de Castro

Chefe de Gabinete
Fabio de Sá e Silva

Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação
Daniel Castro

URL: http://www.ipea.gov.br
Ouvidoria: http://www.ipea.gov.br/ouvidoria

Texto para Discussão

Publicação cujo objetivo é divulgar resultados de estudos direta ou indiretamente desenvolvidos pelo Ipea, os quais, por sua relevância, levam informações para profissionais especializados e estabelecem um espaço para sugestões.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade do(s) autor(es), não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

ISSN 1415-4765

JEL: L8.

SUMÁRIO

SINOPSE

ABSTRACT

1 INTRODUÇÃO 7

2 BREVE HISTÓRICO DA EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO E DOS SERVIÇOS NO BRASIL 9

3 ANÁLISE SOBRE A CONTRIBUIÇÃO SETORIAL PARA O VALOR AGREGADO E A PRODUTIVIDADE 11

4 COMÉRCIO E SERVIÇOS MERCANTIS NÃO FINANCEIROS: ANÁLISE DE PESSOAL OCUPADO, NÚMERO DE FIRMAS, SALÁRIOS E RETIRADAS E CORTE REGIONAL 25

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 32

REFERÊNCIAS 33

ANEXOS 36

SINOPSE

A crescente participação do setor de serviços observa-se tanto nos países desenvolvidos quanto na maioria dos países em desenvolvimento. No Brasil, os serviços correspondem a mais de 66% do valor adicionado na economia. Trata-se de um padrão próximo ao observado nos países mais ricos. A alta preponderância do setor no produto interno bruto (PIB) não é acompanhada por um desenvolvimento analítico que explique a complexidade do setor. O presente artigo, de natureza descritiva, procura trazer informações de modo a contribuir para o avanço do conhecimento nessa área.

As estatísticas indicam que o fenômeno da queda recente da participação relativa da indústria na economia é mais agudo na União Europeia (UE) do que no Brasil. Por outro lado, a produtividade dos serviços é um problema no país, mas há setores cuja produtividade é semelhante ou superior ao que se observa na média da indústria. Finalmente, as estatísticas demonstram também que existe uma forte desigualdade regional na distribuição dos serviços no Brasil.

ABSTRACT[i]

The growing share of the services sector is observed not only in developed countries, but also in many developing economies. In Brazil, services correspond to more than 66% of the valued added in the economy. It is a value close to that observed in richer nations. Notwithstanding, there are few economic studies about the services sector in Brazil, in the current descriptive article tries to bring some new information about the sector.

The statistics show that the recent fall in the share of the industry is more pronounced in the European Union than in Brazil. On the other side, the productivity in the services sector is a problem in Brazil, but there are sector which productivity is similar or superior of that observed in the average of the industry. Finally, the statistics show that there is a strong regional inequality in the distribution of services in Brazil.

---

i. As versões em língua inglesa das sinopses desta coleção não são objeto de revisão pelo Editorial do Ipea.
The versions in English of the abstracts of this series have not been edited by Ipea's editorial department.

1 INTRODUÇÃO

O setor de serviços é de fundamental importância para o adequado funcionamento das economias contemporâneas, viabilizando o ciclo produção – consumo. Este deve ser entendido em seu sentido amplo, englobando o comércio externo e o governo. A intermediação desempenhada pelos diversos tipos de serviços comerciais, financeiros, transportes e comunicação e, ainda, as diversas modalidades de serviços ofertados às firmas, tais como assistência técnica e jurídica, propaganda e consultoria, permitem não apenas uma maior eficiência nas transações econômicas, mas também uma maior velocidade na realização dos negócios. Existem ainda os serviços finalísticos, de grande importância econômica. Ademais, sua importância aumenta com o grau de desenvolvimento socioeconômico de um país.

Na economia brasileira, no que se refere ao emprego formal, os serviços (comércio e serviços e administração pública) empregavam 27 milhões de pessoas em 2007, representando 71,7% do total da força de trabalho empregada.

A análise dos serviços, por sua vez, é marcada por uma série de dificuldades. Em primeiro lugar, há questões envolvendo o próprio referencial teórico. A definição de serviços é bastante complexa e não existe pleno consenso entre os economistas sobre o conceito. Em segundo lugar, desde o fim do século passado, a modernização destes torna as diferenças entre bens e serviços cada vez mais imprecisas. A revolução tecnológica da microeletrônica é um fortíssimo vetor dessa modernização e, cada vez mais, está contribuindo para modificar as características tradicionalmente atribuídas a serviços: intangibilidade, pessoalidade, simultaneidade e não estocabilidade.

Como exemplo dessas mudanças, podemos citar os *softwares* produto, os quais podem ser encontrados em caixa de lojas especializadas e até mesmo em supermercados. Por outro lado, o consumidor pode ter acesso às mesmas funcionalidades sem necessidade do produto físico, caso este programa esteja disponível na internet. A pessoalidade há muito já deixou de ser importante, em função dos serviços de autoatendimento. O exemplo do *software* serve igualmente como exemplo de que um serviço pode ser estocado e não requer simultaneidade entre produção e consumo.

Ressalta-se, pois, que as formas tradicionais de conceituação e classificação de serviços não são mais suficientes para explicar as novas formas que surgem, quando estes são resultantes da introdução crescente das tecnologias de informação e comunicação (TICs), entre outras (KON, 2004). Boa parte das discussões sobre indústria e serviços, inclusive no que tange às estatísticas que serão apresentadas ao longo do texto, não apreende adequadamente a realidade de que a distinção entre os dois setores é cada vez mais tênue (*blured*).

Tome-se o exemplo de uma das mais destacadas corporações norte-americanas, a Apple. Trata-se de uma empresa que – em uma visão tradicional – seria vista apenas como firma industrial, que produz produtos tangíveis, como iPhone, iPad e iPod. No entanto, a Apple é uma empresa que produz uma série de *softwares* proprietários, tais como o iTunes, o Safari, além de sistemas operacionais próprios. Além disso, possui serviços como o citado iTunes e o App Store, que permitem a venda de músicas e aplicativos, atividades típicas de varejo. Ademais, possui centenas de lojas próprias espalhadas pelo mundo. Tomando-se um exemplo de outro setor, a companhia Vale caracterizada como indústria extrativa, possui também uma importante operação de transporte ferroviário (serviço).

Em segundo lugar, deve-se ressaltar outra dificuldade na análise do setor de serviços. Esta diz respeito a uma disponibilidade de informações inferior ao que se observa no caso da indústria. O caráter intangível dos serviços torna tanto sua mensuração quanto a análise conceitual bem mais complexas; em particular, quando comparadas aos bens físicos – por exemplo: *software* embarcado em computadores ou automóveis. Por sua vez, observa-se que o setor de serviços é marcado por uma extrema heterogeneidade. Ele é composto por setores muito dinâmicos, como o de telecomunicações, mas também por outros que se caracterizam por uma modesta evolução, como o de serviços pessoais, em geral de baixa intensidade de capital.

Finalizando esta introdução, ressaltamos que o foco do artigo é o setor de comércio e o de os serviços mercantis não financeiros.É importante sublinhar também que, em virtude da natureza exploratória do estudo, não se tem a pretensão de explicar os motivos para a redução da participação relativa da indústria na economia brasileira, mas apenas de descrever sua contrapartida: as características do crescimento do setor de serviços.

O texto está estruturado em quatro seções, além desta introdução. A seção 2 apresenta um breve histórico da evolução do comércio e dos serviços no Brasil. A seção 3 traz uma análise da contribuição setorial para o valor agregado e a produtividade, no contexto internacional e nacional, além de uma pesquisa de cunho mais qualitativo e teórico.[1] Na seção 4, são analisadas variáveis relevantes do comércio e serviços no Brasil. Finalmente, nas considerações finais, são apresentadas as conclusões e as referências do artigo. O anexo apresenta a análise da evolução do valor adicionado bruto (VAB) de alguns países da União Europeia (UE), bem como uma tabela com a evolução setorial da produtividade no Brasil.

2 BREVE HISTÓRICO DA EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO E DOS SERVIÇOS NO BRASIL

A revolução tecnológica da microeletrônica, que marcou a economia mundial nos últimos decênios do século XX, também deixou marcas profundas no comércio e nos serviços. As últimas décadas foram de grande transformação no varejo brasileiro nas grandes cidades do país.

Até os anos 1970, predominava, até mesmo nas maiores capitais, como Rio de Janeiro e São Paulo, o comércio de vizinhança. Ainda era comum a comercialização de animais vivos, como aves, que eram abatidos no momento da compra. O consumo de carne bovina e suína era feito prioritariamente nos pequenos açougues. Muitos mantimentos eram comprados nas vendas e nos armazéns da vizinhança. Nesse comércio, onde sobreviviam contatos de natureza mais pessoal, também existiam formas de venda a fiado, registrada em papel.

Entretanto, nesse período, o modelo de autosserviço dos supermercados começou a proliferar nos maiores centros. Gradativamente, este tipo de mercado começou a dominar a venda de frutas, verduras e carnes, além de itens de higiene e limpeza, de pães e itens de papelaria. Vale também destacar que a crescente participação da mulher no

1. A Pesquisa Anual de Serviços (PAS), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), não contempla os setores financeiro e de saúde e parcela do de educação e governo.

mercado de trabalho favoreceu a introdução de alimentos processados. Por sua vez, deve ser recordado que o domínio dos supermercados coexiste com a tradição das feiras livres itinerantes, onde o consumidor mantém um relacionamento direto com os vendedores.

Comércios de grande porte com perfil diferenciado começam a surgir, principalmente em São Paulo. Os anos 1980 e o início dos anos 1990 são marcados por um processo de descontrole inflacionário no país. Nesse contexto, que incluiu congelamentos e tabelamentos, os supermercados foram favorecidos, pois tornou-se comum a prática – pelas famílias que tinham condições – de compras de maior volume e estocagem, visto que os preços chegavam a ser reajustados várias vezes ao dia. Nessa realidade, surgiram também os hipermercados, que praticavam preços mais baixos. Com a estabilização da economia, em meados dos anos 1990, esta estratégia perdeu um pouco de importância, e as grandes redes voltaram a dar ênfase aos supermercados de bairro.

No que diz respeito às formas de pagamento, os anos 1990 e 2000 são marcados pela explosão dos cartões de crédito e de débito, em detrimento do dinheiro em espécie, dos cheques e do "caderninho". Para o mercado de bens duráveis, a presença de empresas financeiras foi e é fundamental para a expansão dos negócios, não obstante as altíssimas taxas de juros cobradas ao consumidor. Esse modelo permitiu o acesso de classes menos favorecidas a estes bens de consumo.

Outro modelo importante no varejo, que cresceu a partir dos anos 1970, foi o modelo norte-americano de *shopping malls*. Desde aquela época, esses empreendimentos proliferaram por todo o país, atraindo butiques e lojas de alimentação, além das lojas de departamentos, cinemas, parques de diversão e até mesmo casas de espetáculo como "âncoras". Do ponto de vista social, pode-se dizer que o crescimento da violência nas grandes cidades, incentivou esse formato de comércio, atraindo cada vez mais os consumidores da chamada classe média.

Do ponto de vista operacional, a evolução das TICs, associadas à emergência de novas técnicas de logística, levou a uma revolução do processo de compra e venda do setor varejista. Atualmente, existe um sofisticado controle do trânsito de mercadorias, com a proliferação de mecanismos eletrônicos como leitores de códigos de barras e computadores nos caixas. Os exemplos deste tipo de tecnologia, da logística e das financeiras ilustram a contribuição de setores de serviços para o de comércio, que se reflete também na indústria e no dia a dia das pessoas.

Nos últimos anos, observou-se um intenso processo de fusões e aquisições no varejo brasileiro. Em 1999, nascem a Americanas.com e a Submarino.com. Em 2006, surge a B2W (Companhia Global do Varejo, produto da fusão da Americanas.com e do Submarino.com). O grupo Pão de Açúcar adquiriu o Sendas e o Ponto Frio e, mais recentemente, fundiu-se com as Casas Bahia. O grupo Insinuante uniu operações com o Ricardo Eletro. Trata-se de um movimento com importantes implicações não só para o setor, mas também para seus fornecedores industriais.

3 ANÁLISE SOBRE A CONTRIBUIÇÃO SETORIAL PARA O VALOR AGREGADO E A PRODUTIVIDADE

3.1 ESTATÍSTICAS INTERNACIONAIS SOBRE A CONTRIBUIÇÃO SETORIAL PARA O VALOR ADICIONADO E A PRODUTIVIDADE

Nesta seção, apresentar-se-ão estatísticas de VAB para países selecionados, com destaque para os da UE. Os dados mostram a tendência mundial de crescente participação dos serviços no conjunto da economia.

TABELA 1
Valor adicionado dos setores – 2008
(Em % do PIB)[1]

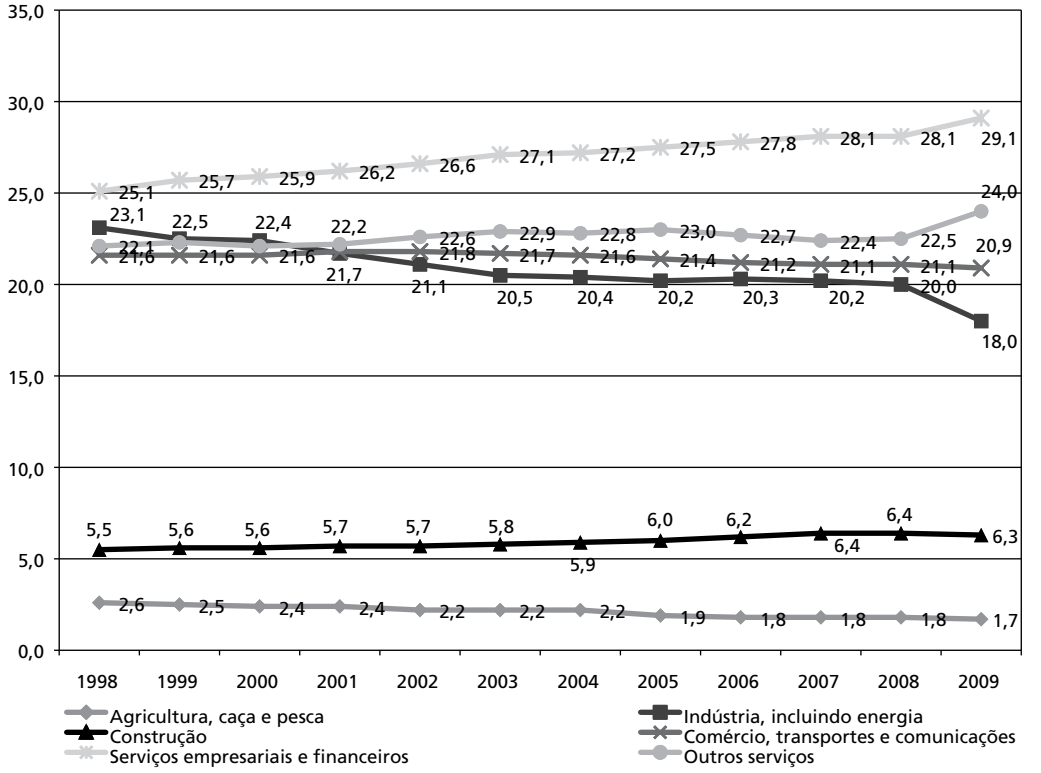
País/conjunto de países	Agricultura	Indústria	Serviços
Baixa renda	25	29	46
Média renda	10	37	53
Alta renda	1	26	73
Argentina	9	34	57
Brasil	**7**	**28**	**65**
China	11	49	40
Coreia do Sul	3	37	60
Estados Unidos	1	22	77
Japão	1	30	68
México	4	37	59

Fonte: Dados do Banco Mundial (2010).
Elaboração dos autores.
Nota: [1] Produto interno bruto.

Em comparação com os Estados Unidos, por exemplo, em que o setor primário representa apenas 1% do PIB, a tabela 1, mostra que países em desenvolvimento, como Brasil, China e Argentina, ainda têm uma participação importante desse setor no PIB.

A China (o maior centro fabril do mundo) possui uma participação muito expressiva do setor industrial na economia, chegando a quase metade do PIB. Na avaliação por nível de renda, observa-se que os países mais desenvolvidos têm maior participação do setor de serviços no PIB: 73%, contra 53% dos países de renda média e 46% dos de baixa renda. O Brasil possui uma participação do setor de serviços muito superior à do México (59%) e da Argentina (57%): 65%. Em seguida, serão apresentados indicadores da UE.

GRÁFICO 1
Evolução do VAB por setores na UE – preços correntes – 1998-2009



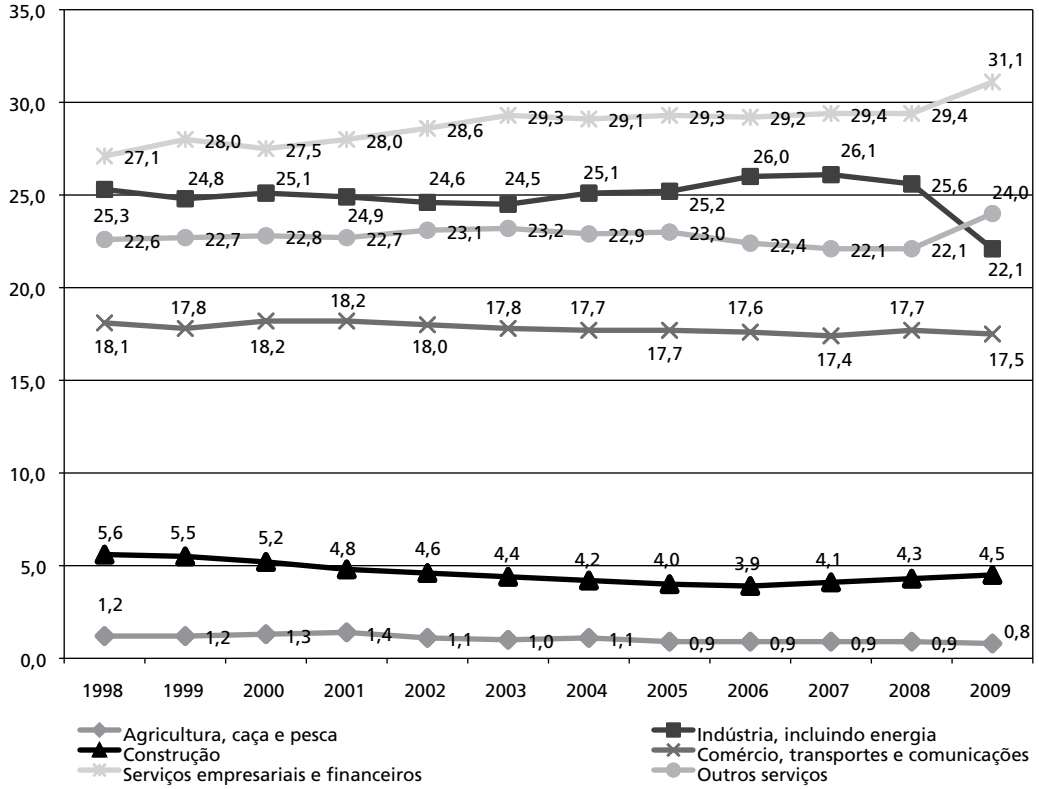
Fonte: Dados do Eurostat.
Elaboração dos autores.
Obs.: Descrição das categorias disponível em: <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/ver-1/national_accounts/documents/A6-A31-A60%20breakdowns.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2010.

O gráfico 1 mostra constante declínio da importância do setor primário na economia da UE. Sua participação no total do VAB caiu de 2,6% em 1998 para 1,7% em 2009. Houve ligeira elevação da contribuição do setor de construção, que passou de 5,5% em 1998 para 6,3% em 2009. Entretanto, esses valores serão mais explorados ao longo desta seção. Há também uma redução importante da participação da indústria, que partiu de um patamar de 23,1%, em 1998, para algo em torno de 20%, entre 2003 e 2008, com

forte queda em 2009 (18%). O resultado desse último ano certamente está influenciado pela crise econômica e não deve ser, *a priori*, encarado como um novo patamar.

Os subsetores comércio, transportes e comunicações mostram-se relativamente estáveis no período em análise, passando de 21,6% em 1998 para 20,9% em 2009. Para o de outros serviços, observa-se estabilidade entre 1998 (22,1%) e 2008 (22,5%), com subida para 24% em 2009, que também deve refletir os efeitos da crise econômica. O setor de serviços empresariais e financeiros apresenta um incremento consistente, passando de 25,1% em 1998 para 29,1% em 2009. Essa maior resistência do setor de serviços – ou pelo menos de parte dele – à crise encontra eco no caso brasileiro, conforme análise de Oliveira e Kubota (2009). O gráfico 2, a seguir, apresenta os dados da Alemanha.

GRÁFICO 2
Evolução do valor adicionado bruto por setores na Alemanha – preços correntes – 1998-2009



Fonte: Dados do Eurostat.
Elaboração dos autores.
Obs.: Descrição das categorias disponível em: <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/ver-1/national_accounts/documents/A6-A31-A60%20breakdowns.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2010.

A Alemanha, como se sabe, é a maior economia da Europa e também um importante entreposto comercial. O país é, por exemplo, um importante exportador de suco de laranja, apesar de não ser produtor. A contribuição dos diferentes setores para o valor adicionado apresenta importantes distinções em relação ao conjunto da UE.

Em primeiro lugar, a participação do setor primário no VAB é mais reduzida, mas igualmente decrescente, passando de 1,2% em 1998 para 0,8% em 2009. A contribuição do setor de construção passou de 5,6% em 1998 para 4,5% em 2009. A indústria possui maior peso, oscilando entre os patamares de 24,5% e 26%, no período 1998-2009, caindo para 22,1%, em 2009.

Os subsetores comércio, transportes e comunicações revelaram um comportamento relativamente estável no período em análise, caindo de 18,1% em 1998 para 17,5% em 2009. Para o de outros serviços, observa-se estabilidade entre 1998 (22,6%) e 2008 (22,1%), com subida para 24% em 2009, que também deve refletir os efeitos da crise econômica. O setor de serviços empresariais e financeiros apresenta um incremento consistente, passando de 27,1% em 1998 para 31,1% em 2009, valores superiores ao do conjunto da UE.

Como esse bloco econômico é uma entidade formada por nações muito distintas, o anexo apresenta uma análise de países selecionados, com maior e menor grau de desenvolvimento, inclusive alguns dos afetados mais fortemente pela crise econômica (Itália, Espanha e Portugal).

As tabelas do anexo revelam que a participação do setor primário na agregação de valor no conjunto dos países selecionados é decrescente ao longo do período observado, o que também ocorre com a participação do setor secundário no VAB, com a ressalva de que, na Alemanha, a participação da indústria mostrou-se relativamente estável entre 1998 e 2008. Em todos os países, a importância dos serviços empresariais e financeiros é crescente. Nos países mais dinâmicos, este setor é o que mais contribui para a agregação de valor.

Em relação à produtividade setorial na América Latina, uma reportagem recente da revista *The Economist* (2010) mostra que a produtividade do setor de serviços é um problema histórico da região, em que o Brasil tem um peso expressivo.

Por um lado, os indicadores de elevação da produtividade para a agricultura e a indústria estão alinhados com os países de renda elevada para o período 1990-2005. Por outro lado, o crescimento para o setor de serviços é praticamente nulo e muito aquém ao que se observou tanto no Leste Asiático como nos países ricos, conforme pode ser observado na tabela 2.

Observando-se a evolução anual da produtividade do trabalho de diferentes países, agrupados em três grandes blocos, notam-se diferentes marcantes. A partir do desdobramento em dois períodos distintos, ou seja, 1975-1990 e 1990-2005, *grosso modo*, pode-se inferir que os diferentes blocos – à exceção da agricultura – não convergiram.

TABELA 2
Evolução da taxa anual de crescimento da produtividade do trabalho
(Incremento em % ao ano)

	Período 1975-1990	Período 1990-2005
	Agricultura	
América Latina	1,8	3,5
Leste Asiático	3,8	2,8
Países de alta renda	5,0	3,7
	Indústria	
América Latina	-0,9	2,0
Leste Asiático	3,2	3,5
Países de alta renda	2,8	2,1
	Serviços	
América Latina	-1,8	0,2
Leste Asiático	2,4	2,5
Países de alta renda	1,3	1,4

Fonte: Dados The Economist (2010).
Elaboração dos autores.

Embora a convergência de indicadores de crescimento ou produtividade deva ser preferencialmente analisada no âmbito dos países e de suas respectivas trajetórias, a inspeção do que ocorreu entre os grandes blocos permite avançar em alguns resultados significativos. A agricultura na América Latina, teve salto de crescimento anual da produtividade do trabalho significativo entre os períodos 1975-1990 e 1990-2005, elevando-se de 1,8% ao ano (a.a.) para 3,5% a.a. No período 1990-2005, a indústria registrou na América Latina uma elevação anual da produtividade do trabalho de 2% a.a., enquanto no Leste Asiático foi de 3,5% a.a. e nos países de alta renda, de 2,1 % a.a., mostrando uma forte divergência de crescimento, em especial em relação à região asiática. Embora os números referentes à

evolução da produtividade sejam parecidos entre a América Latina e o bloco dos países desenvolvidos, a simples comparação deve ser melhor qualificada. Neste último bloco, a indústria já era um setor maduro no início dos anos 1990 e, dessa forma, não havia expectativa de uma forte elevação de sua produtividade. O setor de serviços, tendo por referência a América Latina, reflete uma forte divergência quanto ao avanço da produtividade do trabalho, indicando nitidamente um baixo desempenho relativo em ambos os períodos.

Entre as razões para a baixa produtividade, estariam: o predomínio de uma grande massa de pequenos negócios ineficientes, a informalidade e os baixos níveis de investimento. Além disso, infraestrutura precária, regras e impostos mal desenhados e falta de competição e crédito.

3.2 ESTATÍSTICAS BRASILEIRAS SOBRE A CONTRIBUIÇÃO SETORIAL PARA O VALOR ADICIONADO E PRODUTIVIDADE

Na medida em que o Brasil ainda apresenta profundas e complexas desigualdades em termos de riqueza, rendimentos, tamanho das firmas, estrutura fundiária, educação e cultura, e regionais, a análise do papel dos serviços, bem como sua mensuração, apresenta uma série de dificuldades.

Os dados do IBGE permitem fazer uma análise mais desagregada da evolução do VAB dos serviços no Brasil. Na tabela 3, é possível observar que os dados são bem mais estáveis para o caso brasileiro. A participação do setor primário no VAB, que apresenta um patamar mais elevado no caso europeu, inicia 2000 com um percentual de 5,6%, fechando 2007 com o mesmo valor, após apresentar uma trajetória de ligeira subida e posterior queda.

TABELA 3
Participação no VAB a preços básicos, segundo as classes e as atividades – 2000-2007

Classes e atividades 2000		Participação no VAB a preços básicos (%)							
		2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
	Agropecuária	5,6	6,0	6,6	7,4	6,9	5,7	5,5	5,6
0101	Agricultura, silvicultura e exploração florestal	3,6	4,0	4,6	5,3	4,9	3,8	3,8	3,8
0102	Pecuária e pesca	2,0	2,0	2,0	2,1	2,0	1,9	1,7	1,7

(Continua)

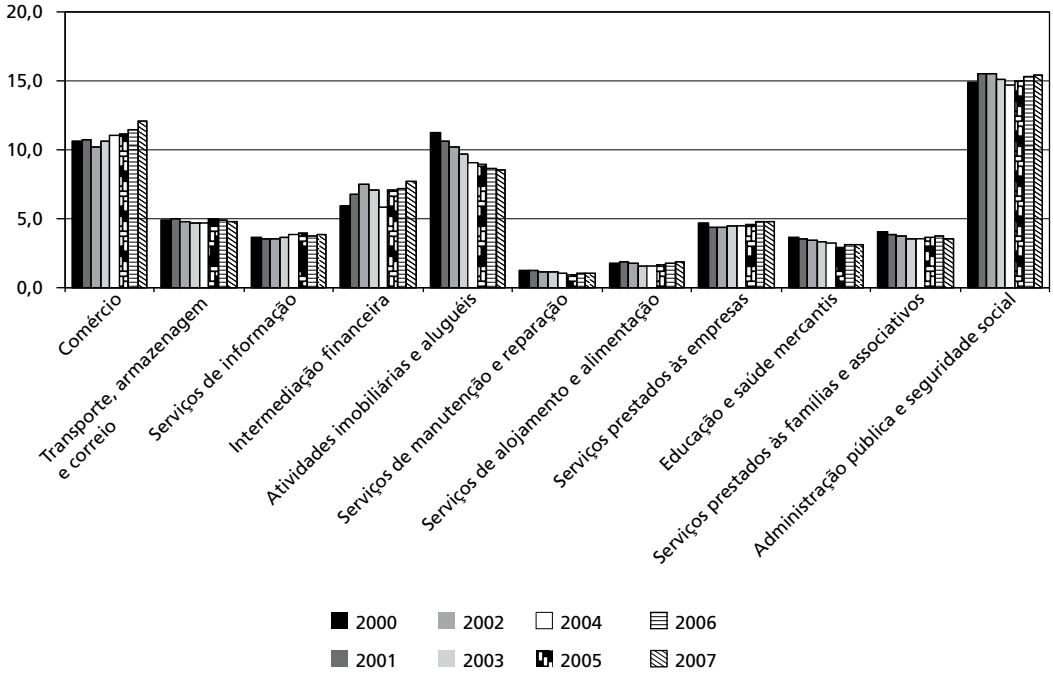
(Continuação)

Classes e atividades 2000		Participação no VAB a preços básicos (%)							
		2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
	Indústria	27,7	26,9	27,1	27,8	30,1	29,3	28,8	27,8
0201	Petróleo e gás natural	1,0	0,9	1,0	1,1	1,1	1,6	2,1	1,7
0202	Minério de ferro	0,3	0,3	0,4	0,4	0,5	0,6	0,5	0,4
0203	Outros da indústria extrativa	0,3	0,2	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3
	Indústria de transformação	17,2	17,1	16,9	18,0	19,2	18,1	17,4	17,0
0401	Produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana	3,4	3,0	3,3	3,4	3,9	3,8	3,8	3,6
0501	Construção civil	5,5	5,3	5,3	4,7	5,1	4,9	4,7	4,9
	Serviços	66,7	67,1	66,3	64,8	63,0	65,0	65,8	66,6
0601	Comércio	10,6	10,7	10,2	10,6	11,0	11,2	11,5	12,1
0701	Transporte, armazenagem e correio	4,9	5,0	4,8	4,7	4,7	5,0	4,8	4,8
0801	Serviços de informação	3,6	3,5	3,6	3,6	3,8	4,0	3,8	3,8
0901	Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados	6,0	6,8	7,5	7,1	5,8	7,1	7,2	7,7
1001	Atividades imobiliárias e aluguéis	11,3	10,7	10,2	9,6	9,1	9,0	8,7	8,5
1101	Serviços de manutenção e reparação	1,3	1,2	1,2	1,1	1,0	1,0	1,0	1,0
1102	Serviços de alojamento e alimentação	1,8	1,8	1,8	1,6	1,6	1,6	1,8	1,8
1103	Serviços prestados às empresas	4,7	4,4	4,4	4,5	4,5	4,6	4,8	4,7
1104	Educação mercantil	1,5	1,3	1,4	1,4	1,4	1,2	1,2	1,2
1105	Saúde mercantil	2,2	2,2	2,1	1,9	1,9	1,8	2,0	2,0
1106	Serviços prestados às famílias e associativos	2,8	2,7	2,5	2,4	2,3	2,4	2,4	2,3
1107	Serviços domésticos	1,2	1,2	1,2	1,2	1,2	1,2	1,3	1,2
1201	Educação pública	3,8	3,7	3,8	3,6	3,2	3,3	3,4	3,6
1202	Saúde pública	1,7	1,7	1,9	1,8	1,8	1,8	1,8	2,0
1203	Administração pública e seguridade social	9,4	10,1	9,9	9,7	9,6	10,0	10,1	9,9
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**

Fonte: IBGE (2009).

Os dados do setor de serviços também demonstraram relativa estabilidade, iniciando 2000 com 66,7% de participação no VAB e fechando 2007 com 66,6%. No gráfico 2, a seguir, que contempla as categorias da tabela 2 com algumas agregações, é possível constatar que houve subida da participação do comércio e da intermediação financeira e queda nas atividades imobiliárias e nos aluguéis, com os demais subsetores mantendo-se estes razoavelmente constantes, inclusive os menos dinâmicos tecnologicamente: os de manutenção e reparação, de alojamento e alimentação e os prestados a famílias e associativos.

GRÁFICO 3
Evolução do VAB no setor de serviços – preços básicos – Brasil, 2000-2007



Fonte: Dados do IBGE (2009).
Elaboração dos autores.
Obs.: Educação e saúde públicas foram agregadas em administração pública; serviços domésticos foram agregados a serviços prestados às famílias; e educação e saúde mercantis foram apresentadas de forma agregada.

Voltando à tabela 3, considerando-se as indústrias extrativa e de transformação – ou seja, excluindo-se as classes 0401 (produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana) e 0501 (construção civil), observa-se que a contribuição deste segmento da indústria no total do VAB é de 19,3% em 2007. Para efeito de comparação, observa-se que apenas o setor de comércio corresponde a 12,1% nesse mesmo ano.

O setor industrial inicia 2000 com uma participação de 27,7% no total do VAB, e encerra 2007 com 27,8%. Considerando-se apenas a indústria de transformação – a preços constantes –, a queda da participação manufatureira é muito menor do que a de preços correntes e iniciou-se em meados da década de 1970 (BONELLI; PESSOA, 2010). Os autores chegam – no caso brasileiro – a um resultado semelhante ao de Rowthorn e Ramaswamy (1997) para os países desenvolvidos: os preços da indústria cresceram menos do que os demais na economia. Estudo de Soares e Teixeira (2010) e Oreiro, Soares e Mutter (2011) também indicam que os preços relativos têm importância na participação industrial no emprego e no produto.

Por outro lado, existem visões de outros analistas pelas quais o câmbio valorizado e os déficits comerciais – especialmente de produtos de média-alta e alta tecnologia – configuram um processo negativo para a indústria brasileira (MARCONI; BARBI, 2010).

A tabela 4, a seguir, apresenta a participação setorial no PIB a preços constantes:

TABELA 4
Participação setorial no PIB total – Brasil, 1985, 1990, 1995, 2000 e 2004

Setores	1985	1990	1995	2000	2004
Agropecuária	7,7	7,7	7,9	8,5	9,5
Indústria total	**44,9**	**43,6**	**43,1**	**43,9**	**43,9**
Indústria extrativa mineral	3,1	3,2	3,1	4,3	4,6
Indústria de transformação	31,5	29,0	29,1	28,1	29,1
Eletricidade, gás e água	2,9	3,4	3,6	3,8	3,5
Construção civil	7,4	8,0	7,3	7,7	6,7
Serviços (terciário)	47,8	49,1	48,7	47,6	46,6
Comércio e reparação de veículos e objetos pessoais e domésticos	6,7	6,8	7,3	6,8	6,7
Alojamento e alimentação	1,2	1,4	1,3	1,3	1,3
Transporte e armazenagem	1,6	1,7	1,7	1,9	1,9
Comunicações	0,7	1,0	1,4	2,1	2,2
Intermediação financeira	6,5	6,4	6,3	6,2	6,2
Atividade imobiliária, aluguéis e serviços prestados às empresas	8,7	9,4	9,5	9,6	9,3
Administração pública, defesa e seguridade social	18,2	18,0	16,9	15,8	15,1
Saúde e educação mercantis	2,5	2,4	2,3	2,2	2,1
Outros serviços coletivos e pessoais	1,3	1,5	1,4	1,3	1,4
Serviços domésticos	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5
Total do VA	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**

Fonte: Silva (2009, p. 78).
Obs.: Preços de mercado de 2004.

Os dados apresentam um retrato diferente daquele quando se observa a participação setorial a preços básicos. O setor agrícola aumentou sua participação relativa, que passou de 7,7% em 1985 para 9,5% em 2004. O industrial perdeu 1 ponto percentual (p.p.), passando de 44,9% em 1985 para 43,9% em 2004. Entretanto, a indústria de transformação perdeu mais de 2 p.p., caindo de 31,5% em 1985 para 29,1% em 2004. O setor de serviços perdeu 1 p.p., tendo queda de 47,8% em 1985 para 46,6% em 2004. É interessante ressaltar que a participação dos serviços mercantis não financeiros no valor adicionado em 2004 (29%) é semelhante à da indústria de transformação (29,1%). A tabela 5, a seguir, apresenta a evolução do volume no valor adicionado por setores de atividade.

TABELA 5
Evolução do volume do valor adicionado por setores de atividade – Brasil, 1985, 1990, 1995 e 2000 (1985 = 100)

Setores	1985	1990	1995	2000	2004
1 Agropecuária	100	110,8	131,0	161,3	201,6
2 Indústria total	100	107,9	122,3	143,2	159,4
Indústria extrativa mineral	100	113,8	126,6	200,4	238,8
Indústria de transformação	100	102,2	117,6	130,8	150,4
Eletricidade, gás e água	100	132,5	158,9	194,7	201,0
Construção civil	100	119,8	126,3	152,0	148,4
3 Serviços (terciário)	100	114,0	129,6	145,8	159,0
3.1 Serviços distributivos					
Comércio e reparação de veículos, objetos pessoais e domésticos	100	114,0	139,6	148,8	164,2
Transporte e armazenagem	100	117,7	137,3	176,3	199,9
3.2 Serviços produtivos					
Atividade imobiliária, aluguéis e serviços prestados às empresas	100	120,3	138,9	161,3	174,6
Comunicações	100	168,4	265,5	445,9	532,7
Intermediação financeira	100	109,4	124,0	140,4	155,2
3.3 Serviços coletivos					
Administração pública, defesa e seguridade social	100	109,8	118,8	127,4	135,3
Saúde e educação mercantis	100	109,4	118,1	128,3	136,0
3.4 Serviços pessoais					
Alojamento e alimentação	100	128,1	137,8	157,8	175,2
Outros serviços coletivos e pessoais	100	123,8	130,1	141,5	164,5
Serviços domésticos	100	98,9	133,0	141,6	152,5
Total do VA	**100**	**111,0**	**127,4**	**146,5**	**163,0**

Fonte: Silva (2009, p. 79).

É possível observar que – comparando-se 2004 com 1985 (base 100) – o setor primário apresentou um crescimento superior ao secundário e ao terciário: índices de 201,6, 159,4 e 159, respectivamente. No âmbito do setor secundário, a indústria extrativa mineral foi a que demonstrou indicador mais significativo: 238,8. No do setor de serviços, o subsetor de comunicações foi o que demonstrou o crescimento mais espetacular: índice de 532,7.

Conforme pode ser constatado no anexo, na década de 1980 e em 2000, o setor de serviços varejista e atacadista, bem como o de outros serviços (residual), registrou uma forte e inequívoca redução da produtividade do trabalho no Brasil. Por outro lado, o setor de transporte e o de comunicações apresentam elevado

crescimento da produtividade (BONELLI, 2005). Algumas estatísticas sobre diferenças de produtividade em diferentes setores de serviço serão apresentadas na subseção 3.3, a seguir.

3.3 ANÁLISE QUALITATIVA SOBRE A CONTRIBUIÇÃO SETORIAL PARA O VALOR ADICIONADO E PRODUTIVIDADE

Não é possível desagregar – nos dados apresentados nas subseções anteriores – a parcela do crescimento dos serviços empresariais e do decréscimo industrial que é "real" daquela "contábil". O fenômeno da terceirização pode implicar que o valor agregado e a população ocupada, que era contabilizada em um setor produtor ou ramo agrícola ou manufatureiro, passem a ser avaliados em outro setor ou gênero de serviços (KON, 2004). Com a terceirização, a contratação dos serviços de terceiros – componente do consumo intermediário das indústrias – diminui ainda mais o valor adicionado do setor industrial (MATTEO, 2010).

De qualquer forma, no caso de atividades não finalísticas para a indústria, essa transferência representa uma classificação mais fidedigna do processo de agregação de valor, visto que são atividades típicas de serviços que estavam "mascaradas" como industriais. Conforme apontado por Silva (2006), esse processo tende a beneficiar os indicadores de produtividade industriais, dependendo de qual destes se utilize.

O processo de terceirização das empresas corresponde ao outro lado da moeda do processo de redução da importância relativa da indústria, que, em casos agudos, concerne à desindustrialização. A literatura aponta três causas possíveis para o processo de desindustrialização nos países desenvolvidos, que serão explicadas a seguir.

A primeira seria de que se trata de um processo natural, que ocorre à medida que as economias maturam. Os economistas têm essa visão de longa data. Clark (1957), segundo Saeger (1997, p. 583), defende que, à medida que o tempo passa e as comunidades se tornam economicamente mais desenvolvidas, os números da agricultura tendem a diminuir em relação à manufatura, que, em seu turno, declinam relativamente aos serviços. O autor atribui o pioneirismo dessa observação a William Petty, em 1691.

A lei de Engels defende que há uma hierarquia no consumo das pessoas, que se altera com o aumento da renda. À medida que a demanda por bens relacionados às necessidades básicas – como alimentos – vão sendo saciadas, ocorre uma procura por outros tipos de bens e serviços. Tal explicação parece ter respaldo no movimento da agricultura para a indústria, mas não da indústria para serviços. As evidências indicam que o padrão de demanda é razoavelmente estável. Logo, os diferenciais de produtividade entre a manufatura – com crescimento mais acelerado – e os serviços explicariam o incremento do emprego no setor terciário.

A segunda explicação está relacionada à divisão internacional do trabalho, com a migração da produção de bens que requerem mão de obra menos qualificada para países onde esse pessoal é mais abundante. De acordo com o teorema de Stolper-Samuelson, a abertura do comércio com países abundantes em mão de obra pouco qualificada resultaria na queda dos preços de bens intensivos nesta. Dada a contração na produção desse tipo de bem, a mão de obra migraria para a manufatura intensiva em trabalhadores qualificados e os serviços não comercializáveis. A terceirização da produção desse tipo de bem nos países com mão de obra menos qualificada representaria outro tipo de explanação.

A terceira explicação está relacionada a uma mudança na dotação de fatores. Países com poucos recursos naturais, bens agrícolas e serviços comercializáveis tenderiam a se especializar na produção de bens transacionáveis. Um evento exógeno, como a descoberta de petróleo, poderia resultar em mudança nas vantagens comparativas e, no extremo, na chamada doença holandesa.

O capital humano[2] representa outro possível fator relacionado à dotação de fatores. Se a produção de serviços é relativamente intensiva em mão de obra mais qualificada, a acumulação deste capital levaria a uma maior concentração do emprego no setor terciário (SAEGER, 1997).

2. Atributos adquiridos pelo trabalhador por meio de experiência e formação.

Não há consenso na literatura econômica sobre as causas do crescimento da participação do setor de serviços no valor agregado e no emprego. Segundo a visão do Fundo Monetário Internacional (FMI), a desindustrialização não é um fenômeno negativo, mas uma consequência natural do crescimento de economias avançadas. Os autores compartilham da visão da primeira causa para a desindustrialização citada no parágrafo anterior. O comércio Norte – Sul teria papel pouco importante no processo. Segundo essa visão, quando medida em preços constantes, a participação do valor adicionado pela manufatura é quase inalterado entre 1970 e 1994 (ROWTHORN; RAMASWANY, 1997).

Por outro lado, Saeger (1997) é partidário de que o comércio Norte – Sul tem, sim, um impacto sobre a desindustrialização nos países desenvolvidos. Entretanto, o autor reconhece que há algumas fragilidades em seu estudo empírico. Um estudo com dados de 1995 a 2000 para a economia alemã também encontra evidências de que a divisão internacional do trabalho resultou em um aumento do consumo de produtos intermediários estrangeiros. Entretanto, os resultados também indicam que ocorreu uma elevação da compra de produtos intermediários domésticos de outras indústrias, o que poderia estar beneficiando o setor de serviços (ECONOMIC BULLETIN, 2004).

Outro aspecto que deve ser considerado é o fenômeno da informalidade, que apresenta especial relevância em países como o Brasil. Conforme será apresentado na seção 4, o setor de serviços ocupa um importante contingente de pessoal informal. A informalidade é uma característica importante do setor de serviços, visto que neste se observam ocupações e empreendimentos que requerem menor qualificação formal, tais como serviços domésticos, pequenas vendas, vendedores ambulantes, autônomos, manicures, sapateiros, costureiros, carpinteiros, entre outros exemplos. Por outro lado, também se observa grande informalidade na prestação de serviços de profissionais liberais, tais como médicos e dentistas, em cuja prática se observa em muitos casos a prática do "com recibo" e "sem recibo".

Pode-se ainda afirmar que nos países de menor desenvolvimento econômico há uma tendência genérica de "inchaço" de alguns segmentos do setor terciário, os quais passam a desempenhar uma função de "colchão" amortecedor do desemprego. À medida que os demais setores da economia (primário e secundário) não apenas não aumentam a demanda de mão de obra, mas também, pelo contrário, apresentam

uma diminuição relativa da oferta de emprego, uma parte desta reserva de mão de obra encontra no terciário possibilidades de exercício de atividades com baixíssima intensidade de capital, muitas vezes informais, baixo rendimento e precárias condições de emprego (SILVA, 2009).

Essa demanda por serviços que requerem menor qualificação formal tem impactos na migração internacional. A existência destas atividades em países com padrão de renda mais elevado historicamente atraiu imigrantes de nações mais pobres. Um exemplo são os taxistas na cidade de Nova Iorque. Esse fenômeno tem importantes implicações políticas, principalmente nos Estados Unidos e na Europa, em que certas correntes políticas possuem como bandeira o combate aos imigrantes ilegais e a xenofobia.

Esse fenômeno também tem seu correspondente no Brasil – inclusive no que tange ao preconceito – nos movimentos populacionais de migrantes de estados mais pobres para os grandes centros urbanos, principalmente São Paulo. À medida que o Brasil continue seu ritmo de crescimento, é provável que passe a se tornar mais atraente também para imigrantes estrangeiros. No que diz respeito à imigração estrangeira de pessoal com maior qualificação formal, esse fenômeno já vem ocorrendo em setores específicos, tais como o de exploração de petróleo em alto mar.[3]

Além das questões citadas anteriormente, há aspectos regionais que devem ser considerados. Estudo de 2008 aponta que o índice de concentração regional dos serviços diminuiu na Europa entre 1995 e 2004. Isso pode ter ocorrido em função de políticas públicas de levar serviços onde antes eles não eram prestados e, também, em razão de processos de mercado e urbanização (OROS; TURCU, 2008).

A ideia de que haveria uma clara limitação do crescimento de produtividade do setor de serviços foi de grande influência para a literatura que se formou a respeito da produtividade nas economias desenvolvidas e é a base para uma construção teórica traçando um cenário pessimista em relação à evolução das economias capitalistas, a

3. O movimento temporário de pessoas entre países para a prestação de serviços corresponde ao modo 4 da exportação de serviços.

partir de teorias como a doença de custos de Baumol. Porém, a mudança de foco dos serviços destinados ao consumidor final para aqueles visando ao consumo intermediário passaria a possibilitar conclusões distintas a respeito do impacto na produtividade da economia resultante do crescimento do setor de serviços (SILVA, 2006).

Assim, enquanto o setor de serviços teria uma participação no produto e no emprego na economia cada vez maior, neste, o de serviços intermediários também apresentaria uma contribuição crescente. Sendo estes insumos industriais, a participação crescente no emprego por parte deste setor faria que até mesmo pequenos ganhos de produtividade acabem gerando um impacto significativo na indústria, o que torna o crescimento de produtividade da economia sempre presente, da mesma forma que os aumentos de renda por trabalhador (SILVA, *op.cit.*).

Com essa mudança de foco, passou a haver uma maior preocupação com a percepção de que as variáveis insumo e produto do setor de serviços seriam de difícil mensuração, o que faria simplesmente que aquele crescimento de produtividade não se manifestasse nas estatísticas. Ainda, essa dificuldade em se mensurar o produto desse setor criaria a possibilidade de uma superestimação da produtividade das indústrias, que utilizam determinados serviços como insumos intermediários (SILVA, *op.cit.*).

4 COMÉRCIO E SERVIÇOS MERCANTIS NÃO FINANCEIROS: ANÁLISE DE PESSOAL OCUPADO, NÚMERO DE FIRMAS, SALÁRIOS E RETIRADAS E CORTE REGIONAL

O objetivo desta seção é apresentar alguns grandes números dos setores de comércio e serviços no Brasil, utilizando dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), e da Pesquisa Anual de Comércio (PAC) de 1999 e 2008, da PAS de 1999 e 2008 e da Pesquisa Industrial Anual (PIA) de 2008, do IBGE. Na tabela 6, a seguir, é possível observar que os setores de comércio e serviços são – de longe – os maiores empregadores formais no país e, também, os que mais têm contribuído para o aumento da mão de obra formal.

TABELA 6
Emprego formal – Brasil, 1990, 1995, 2000 e 2007

	1990	1995	2000	2007
Agropecuária, extrativismo vegetal, caça e pesca	372.960	1.007.480	1.072.271	1.382.070
Indústria	5.918.703	5.384.820	5.285.321	7.632.278
Construção civil	959.341	1.077.735	1.094.528	1.617.989
Comércio	2.979.260	3.340.398	4.251.762	6.840.915
Serviços e administração pública	11.222.186	12.688.108	14.523.020	20.134.178
Outros/ignorado	1.746.206	257.195	1.727	0
Total	**23.198.656**	**23.755.736**	**26.228.629**	**37.607.430**

Fonte: Dados da Rais/MTE.
Elaboração: Mansueto Almeida (Ipea).

Em 2007, os setores de comércio e serviços respondiam por mais de 71% da mão de obra formal no país. Em 1990, esse percentual era de 61%. É importante ressaltar que a Rais é um registro administrativo, sujeito a inconsistências de classificação setorial, bem como a *missing values* e mudanças metodológicas. Os dados para o setor primário em 1990, por exemplo, parecem subestimados.

A tabela 7, a seguir, apresenta uma evolução do pessoal ocupado (PO) nos serviços, a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do IBGE, e considera também os empregos informais.

TABELA 7
Total de ocupados e crescimento percentual dos ocupados, segundo os grupos de serviços – Brasil, 1985-2006

	1985	2006	2006-1985
Categorias	**Total de ocupados**	**Total de ocupados**	Variação (%)
Serviços distributivos	**13.573.594**	**19.490.936**	43,6
Serviços produtivos	**4.069.804**	**6.901.758**	69,6
Serviços coletivos	**8.416.026**	**13.321.429**	46,4
Serviços pessoais	**10.563.976**	**13.666.742**	29,4
Total do macrossetor serviços	**36.623.400**	**52.380.685**	**43,0**

Fonte: Silva (2009, p. 99).
Obs.: Serviços distributivos (comércio e reparação de veículos, objetos pessoais e domésticos e transportes e armazenagem); serviços produtivos (atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados a empresas, comunicações e intermediação financeira); serviços coletivos (administração pública, defesa e seguridade social, saúde e educação mercantis); serviços pessoais (alojamento e alimentação, outros serviços coletivos e pessoais e serviços domésticos).

É possível observar, a partir de informações da PNAD, que o setor que apresentou menor crescimento no pessoal ocupado foi justamente o menos dinâmico, de serviços pessoais. E o que apresentou maior crescimento foi o de serviços produtivos. Entretanto, é importante ressaltar que os serviços produtivos partem de uma base menor.

Nos dados da tabela 8, a seguir, é possível observar que – pelos dados do IBGE – os setores de comércio e serviços mercantis não financeiros tinham maior importância no emprego formal do que a indústria, em 2008.

TABELA 8
Número de empresas, pessoal ocupado, salários e retiradas por pessoa ocupada e valor adicionado por pessoa ocupada, conforme PAC, PAS e PIA

Setor	1999	2008	Crescimento (%)
Número de empresas			
Indústria	**	310.017	–
Comércio*	1.067.981	1.430.096	34
Serviços mercantis não financeiros*	621.007	879.691	42
PO			
Indústria	**	7.866.668	–
Comércio*	5.098.762	8.223.154	61
Serviços mercantis não financeiros*	5.221.261	9.231.795	77
Salários e retiradas por PO (R$/ano)			
Indústria	**	20.310	–
Comércio*	8.679	10.539	29
Serviços mercantis não financeiros*	13.492	14.477	3
Valor adicionado por PO (R$ mil)			
Indústria	**	91,88	–
Comércio*	***	27,46	–
Serviços mercantis não financeiros*	***	40,78	–

Fontes: Dados da PIA 1999 e 2008, da PAS 1998-1999 e 2008 e da PAC 1999 e 2008 (IBGE, 2001a, 2001b, 2010a, 2010b, 2010c).
Elaboração dos autores.
Notas: * Os valores de 1999 foram ajustados para contemplar a transferência das atividades de representantes comerciais e agentes de comércio da PAS para a PAC. As pesquisas de 2008 adotaram a CNAE 2.0, o que representou alguns ajustes setoriais, especialmente na PAS.
** Como na PIA 1999, consideravam-se firmas com cinco ou mais pessoas ocupadas, e na PIA 2008, firmas com uma ou mais pessoas ocupadas, optou-se por não listar os valores da PIA 1999.
*** Como a PAC 1999 não apresenta o valor adicionado, optou-se por não se listar os números desse ano.
Obs.: Em reais de 2009, atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

A indústria ocupava cerca de 7,9 milhões de pessoas, contra 8,2 milhões no comércio e 9,2 milhões nos serviços mercantis não financeiros. O ganho no número de pessoas ocupadas no comércio foi superior a 3 milhões de pessoas, e nos serviços, superior a 4 milhões de pessoas, no período em análise.

No que diz respeito ao número de firmas, o setor de comércio lidera com folga em relação à indústria e serviços mercantis não financeiros: 1,4 milhão, 310 mil e 879 mil, respectivamente. Somente o ganho do número de firmas comerciais entre 1999 e 2008 supera o total do número de firmas industriais.

Com relação à remuneração média por pessoa ocupada, o setor industrial é o que apresenta maiores valores: R$ 20,3 mil/ano, contra R$ 14,5 mil/ano e R$ 10,5 mil/ano de serviços mercantis não financeiros e comércio, respectivamente. Finalmente, o valor adicionado por pessoa ocupada é superior na indústria: R$ 92 mil, em comparação a R$ 27 mil e R$ 41 mil para comércio e serviços mercantis não financeiros, respectivamente.

Entretanto, como é de amplo conhecimento, o setor de serviços é extremamente heterogêneo. Na tabela 9, é possível apreender as características de seus diferentes subsetores, de acordo com a nova classificação adotada na PAS.

TABELA 9
Número de empresas, pessoal ocupado, receita líquida, salários e retiradas por pessoa ocupada e valor adicionado por pessoa ocupada conforme PAC, PAS e PIA – 2008

Setores	Número de empresas	PO	Receita líquida (R$ mil)	Salários e retiradas/PO (R$/ano)	Valor adicionado/PO (R$ mil)
Indústria	310.017	7.866.668	1.571.932.284	20.310	91,88
Comércio	1.430.096	8.223.154	1.518.118.738	10.539	27,46
Serviços prestados às famílias	292.528	1.952.767	58.838.923	7.776	15,95
Serviços de informação e comunicação	74.306	726.245	204.328.675	30.904	130,84
Serviços profissionais e administrativos	248.980	3.642.613	164.044.627	12.192	32,84
Transportes e correio	128.673	2.042.861	199.342.845	16.782	45,46
Atividades imobiliárias	22.445	119.933	12.638.728	14.390	80,97
Serviços de manutenção e reparação	86.368	352.364	10.802.696	9.579	19,42
Outras atividades de serviços	26.391	395.012	33.043.542	18.363	57,95

Fontes: Dados da PIA 2008, da PAS 2008 e da PAC 2008 (IBGE, 2010a, 2010b, 2010c).
Obs.: Em reais de 2009, atualizados pelo IPCA.

No que diz respeito ao emprego, o setor de serviços profissionais e administrativos é o que ocupa mais pessoas (3,6 milhões), seguido dos de transportes e correio (2 milhões) e de serviços prestados às famílias (1,9 milhão). Com relação ao número de firmas, este último setor (293 mil) e o de serviços profissionais e administrativos (249 mil) são os que apresentam os maiores valores. Os setores que pior remuneram por pessoa ocupada são os de serviços prestados às famílias (R$ 7,8 mil/ano) e de manutenção e reparação (R$ 9,6 mil/ano).

É possível observar que os serviços de informação e comunicação são os que têm maior giro financeiro (R$ 204 bilhões) e maior remuneração (R$ 31 mil) e valor adicionado (R$ 131 mil) por pessoa ocupada. Os setores de transportes e correio (R$ 199 bilhões) e

serviços profissionais e administrativos (R$ 164 bilhões) são os seguintes em termos de receita líquida. Quando isolado dos demais serviços, o setor de serviços de informação e comunicação apresenta valor adicionado e remuneração por pessoa ocupada muito superiores ao conjunto da indústria. Números tão expressivos merecem uma análise mais profunda, que será apresentada a seguir.

TABELA 10
Número de empresas, pessoal ocupado, receita líquida, salários e retiradas por pessoa ocupada e valor adicionado por pessoa ocupada para os serviços de informação – 2008

Setores	Número de empresas	PO	Receita líquida	Salários e retiradas/PO (R$/ano)	Valor adicionado/PO (R$ mil)
Telecomunicações	3.310	136.817	122.771.230	39.476	376,15
Tecnologia da Informação	50.128	367.669	44.053.717	29.399	68,94
Serviços audiovisuais	8.423	104.297	20.200.116	30.124	95,22
Edição	11.146	111.985	16.879.386	26.675	70,92
Agências de notícias	1.299	5.477	424.227	19.111	61,29

Fonte: Dados da PAS 2008 (IBGE, 2010c).
Obs.: Em reais de 2009, atualizados pelo IPCA.

A partir das informações das tabelas 9 e 10, é possível constatar que a remuneração por pessoa ocupada de todos os subsetores – à exceção das agências de notícias, que é ligeiramente inferior – é superior à média da indústria. A remuneração do setor de telecomunicações é 94% superior; a de audiovisual, 48%; a de tecnologia da informação, 45%; e a de edição, 31%.

O valor adicionado por pessoa ocupada é superior à média da indústria no setores de telecomunicações, que apresenta um valor de R$ 376 mil, quatro vezes superior ao da média da indústria, e de audiovisuais, ligeiramente superior. O setor de telecomunicações apresenta um número relativamente reduzido de firmas e um faturamento muito expressivo. Os números da tabela 11 ressaltam a importância das TICs na economia brasileira.

Nos parágrafos seguintes, trataremos de aspectos regionais da distribuição das firmas de serviços mercantis não financeiros no Brasil. É possível observar nas tabelas 11, 12 e 13 que há diferenças entre as regiões. Antes de prosseguir a análise, é importante fazer a ressalva de que – para a região Norte – a PAS considera apenas as firmas com sedes nas capitais, com exceção do Pará, onde são consideradas as empresas com sede na Região Metropolitana (RM) de Belém.

TABELA 11
Porcentagem do número de empresas de serviços mercantis não financeiros e população por região – 2008
(Em %)

	Região					
Setores	Norte[1]	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	**Total**
Serviços prestados às famílias	1	11	63	18	6	**100**
Serviços de informação e comunicação	1	7	66	21	5	**100**
Serviços profissionais, administrativos e complementares	2	10	60	21	7	**100**
Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio	1	7	58	29	5	**100**
Atividades imobiliárias	1	9	57	28	6	**100**
Serviços de manutenção e reparação	1	10	53	28	9	**100**
Outras atividades de serviços	2	8	59	23	8	**100**
Percentual da população	8	28	42	15	7	**100**

Fontes: Dados da PAS 2008 (IBGE, 2010c) e da Contagem da População 2007 (IBGE).
Elaboração dos autores.
Nota: [1]Para a região Norte, a PAS considera apenas as firmas sediadas nas capitais, à exceção do Pará, onde são consideradas aquelas com sede na RM de Belém.

Pode-se observar que a região Sul apresenta um número desproporcionalmente grande de empresas, em relação à sua população, especialmente no caso do setor de transportes. Apesar de contar com apenas 15% do contingente populacional em 2007, a região concentrava 29% das firmas de transportes e 28% das empresas de atividades imobiliárias e de serviços de manutenção e reparação. Essa maior participação do número de empresas concernentes à população se observa também no caso da região Sudeste. A relação é relativamente equilibrada no caso da região Centro-Oeste e desfavorável no caso das regiões Norte e Nordeste. Por outro lado, na região Sul, predominam empresas de menor porte, conforme pode ser observado na tabela 12.

TABELA 12
Receita bruta média por empresa, por serviço e região – 2008
(Em R$ mil)

	Região				
Setores	Norte[1]	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Serviços prestados às famílias	410	255	205	171	252
Serviços de informação e comunicação	12.479	4.387	3.312	1.905	4.361
Serviços profissionais, administrativos e complementares	882	600	826	420	603
Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio	4.614	2.404	1.790	1.017	1.906
Atividades imobiliárias	893	579	674	341	889
Serviços de manutenção e reparação	221	104	127	67	102
Outras atividades de serviços	1.411	1.339	1.633	663	955

Fonte: Dados da PAS 2008 (IBGE, 2010c).
Elaboração dos autores.
Nota: [1] Para a região Norte, a PAS considera apenas as firmas sediadas nas capitais, à exceção do Pará, onde são consideradas aquelas com sede na RM de Belém.

Na tabela 12, é possível constatar que a região Sul é a que apresenta os menores valores para todos os setores. Os dados também indicam que a receita média das empresas do Sudeste é – à exceção da região Sul – menor que o observado nas demais regiões, para a maioria dos setores. A receita média das firmas que prestam serviços às famílias é de R$ 171 mil nessa região, contra R$ R$ 255 mil no Nordeste. No caso dos serviços de informação e comunicação, a receita média das firmas sulistas é de R$ 1,9 milhão, contra R$ 4,3 milhões no Centro-Oeste. No que diz respeito às firmas de serviços profissionais, a receita média das firmas sulistas é de R$ 420 mil, contra R$ 600 mil no Centro-Oeste. Com relação à receita média das firmas de transportes, a média sulista é de R$ 1 milhão, contra R$ 2, 4 milhões no Nordeste.

Entretanto, pode-se observar na tabela 13 que, apesar do menor porte médio das firmas observado no Sul, a receita média por pessoa ocupada de todos os serviços daquela região supera o observado no Nordeste, à exceção de serviços de informação e comunicação e de manutenção e reparação. O indicador para a região Sul dos serviços profissionais é o segundo mais elevado, perdendo apenas para a região Sudeste.

TABELA 13
Receita bruta média por pessoa ocupada, por serviço e região – 2008
(Em R$ mil)

	Região				
	Norte[1]	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Serviços prestados às famílias	36,7	26,0	33,7	27,2	34,0
Serviços de informação e comunicação	656,5	343,3	342,6	255,7	313,4
Serviços profissionais, administrativos e complementares	30,7	30,3	55,1	46,4	37,3
Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio	110,9	87,9	108,9	102,2	109,3
Atividades imobiliárias	71,6	88,9	117,8	92,9	133,6
Serviços de manutenção e reparação	35,3	20,8	30,8	18,7	25,2
Outras atividades de serviços	64,5	50,0	107,9	67,6	76,8

Fonte: Dados da PAS 2008 (IBGE, 2010c).
Elaboração dos autores.
Nota: [1] Para a região Norte, a PAS considera apenas as firmas sediadas nas capitais, à exceção do Pará, onde são consideradas aquelas com sede na RM de Belém.

Os estados onde se localizam as maiores e mais desenvolvidas RMs possuem as maiores participações do produto dos serviços, seja em nível nacional, seja em regional (SILVA, 2009). Entretanto, é interessante ressaltar que a principal desconcentração metropolitana ocorre justamente em São Paulo, estado que compreende a maior aglomeração de empresas do setor. De fato, enquanto a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) responde por 34% da massa salarial dos serviços nacionais, o restante

do estado é responsável por outros 11%. Ainda, o interior de São Paulo, em termos de oferta de serviços, equivale a toda a região Sul ou Nordeste, a duas vezes a região Centro-Oeste, ou a dez vezes a região Norte. Por essa razão, o interior do estado é a maior área de desconcentração de serviços do Brasil e a única capaz de rivalizar com sua capital estadual (DOMINGUES *et al.*, 2006).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O setor terciário possui uma importância crescente na economia mundial – em termos de emprego e VAB – com destaque para os países desenvolvidos. Este estudo – de natureza descritiva e exploratória – representa mais um esforço do Ipea no sentido de contribuir para uma melhor compreensão das características dos setores de comércio e serviços no Brasil.

Os dados indicam uma maior estabilidade da participação dos diferentes setores no VAB no caso da economia brasileira, em relação ao europeu. Entretanto, é interessante ressaltar que o setor de serviços do país apresenta uma contribuição ao VAB próxima ao nível dos países mais ricos.

As análises do presente artigo, e de outros estudos do Ipea, indicam que se deve refletir sobre a pertinência da dicotomia indústria – serviços. Há uma parcela muito significativa do setor de serviços que está intimamente ligada à dinâmica industrial, e talvez faça mais sentido uma análise conjunta da evolução da indústria e dos serviços prestados às empresas. Isso implica outras dificuldades, visto que há serviços que são prestados tanto às empresas quanto às famílias, mas, dessa forma, não se incorreria em possíveis erros analíticos decorrentes do processo de terceirização.

Os resultados deste estudo reforçam a característica extremamente diferenciada dos diferentes segmentos dos serviços mercantis não financeiros, ao contrário do que ocorre no comércio e na indústria, que são relativamente mais homogêneos. O setor de serviços de informação e comunicação, em particular, apresenta características de remuneração do pessoal ocupado muito favoráveis, quando comparado aos demais setores de serviços e até mesmo em relação à indústria. Isso reflete a importância das TICs nas economias modernas.

Com relação ao aspecto regional, os dados da PAS indicam que a região Sul é caracterizada por um número muito grande de empresas, que – relativamente às demais regiões – são, na média, de menor porte.

Estudo do Ipea indica que a adoção de comércio eletrônico contribui para o aumento da produtividade das firmas comerciais (KUBOTA; MILANI, 2010), o que – dada a importância do setor para o VAB e o pequeno número de firmas adotantes – pode representar boas perspectivas de desenvolvimento. É interessante ressaltar que este comércio representa uma democratização do acesso a mercadorias pelas comunidades mais distantes. Um grande varejista brasileiro, por exemplo, não cobra frete na venda de computadores, em qualquer local do Brasil.

Apesar da crescente importância do setor terciário, os estudos econômicos sobre o setor são desproporcionalmente reduzidos em relação à sua importância para a economia. Em parte, isso se deve à dificuldade de obtenção de dados, que vem sendo reduzida ao longo do tempo. Além disso, os problemas teóricos de se tratar com algo intangível são muito superiores ao que se observa no caso da manufatura.

Muitos estudiosos não se dão conta dos impactos potenciais da evolução dos serviços na economia. Além das questões mais óbvias da importância do setor terciário para a criação de empregos e empresas, há alguns fenômenos menos proeminentes, mas igualmente importantes. O processo de concentração do varejo, por exemplo, é de grande relevância para os fornecedores. Os diferenciais de produtividade entre os setores podem ter implicações sobre a inflação. As TICs estão alterando não só a produção, mas principalmente o estilo de vida das pessoas. Em outras palavras, os serviços estão mudando o mundo em que vivemos, e há muito a ser estudado sobre o assunto.

REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. **World Bank development report 2010**: development and climate change. Washington, DC, 2010.

BONELLI, R. **Economic growth and productivity change in Brazil**, 2005. Disponível em: <http://www.ecostrat.net/files/Brazil_growth_and_TFP.pdf>. Acesso em: 11 out. 2010.

BONELLI, R.; PESSOA, S. A. **Desindustrialização no Brasil**: um resumo da evidência. Rio de Janeiro: FGV, 2010 (Texto para Discussão, n. 7).

CLARK, C. **The conditions of economic progress**. London: MacMillan, 1957.

DOMINGUES, E. e*t al.* Organização territorial dos serviços no Brasil: polarização com frágil dispersão. *In*: DE NEGRI, J. A.; KUBOTA, L. C. (Org.). **Estrutura e dinâmica do setor de serviços no Brasil**. Brasília: Ipea, 2006.

ECONOMIC BULLETIN. **Growing division of labour dampening value added growth in manufacturing industry**, v. 41, n. 12, p. 423-432, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Anual de Comércio 1999**. Rio de Janeiro, 2001a.

_____. **Pesquisa Anual de Serviços 1999**. Rio de Janeiro, 2001b.

_____. **Contas Nacionais 2003-2007**. Rio de Janeiro, 2009.

_____. **Pesquisa Anual de Comércio 2008**. Rio de Janeiro, 2010a.

_____. **Pesquisa Industrial 2008**. Rio de Janeiro, 2010b.

_____. **Pesquisa Anual de Serviços 2008**. Rio de Janeiro, 2010c.

KON. A. **Economia de serviços**: teoria e evolução no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

KUBOTA, L. C.; MILANI, D. N. Os efeitos do *e-commerce* na produtividade das firmas comerciais no Brasil. *In:* ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 38., 2010, Salvador, BA. **Anais**. Salvador: ANPEC, 2010.

MARCONI, N.; BARBI, F. **Taxa de câmbio e composição setorial da produção**: sintomas de doença holandesa? São Paulo: FGV, 2010 (Texto para Discussão, n. 255).

MATTEO, M. **Integração indústria – serviços no Brasil**. Brasília: Ipea, 2010. No prelo.

OLIVEIRA, J. M. ; KUBOTA, L. C. O setor de serviços e o emprego na crise. **Radar**, v. 4. Brasília: Ipea, 2009.

OREIRO, J. L.; SOARES, C. S.; MUTTER, A. Desindustrialização no Brasil e suas causas. **Valor Econômico**, p. A-10 , 1 Jun. 2011.

OROS, C.; TURCU, C. R. How does sector concentration evolve at country and region levels? The European case. **Economic Interferences**, v. 24, 2008.

ROWTHORN, R.; RAMASWAMY, R. **Deindustrialization**: causes and implications. Washington, DC: IMF, 1997 (Working Paper, n. 97/42).

SAEGER, S. Globalization and deindustrialization: myth and reality in the OECD. **Review of World Economics**, v. 133, n. 4, p. 579-607, 1997.

SILVA, A. M. *et al*. **Economia de serviços**: uma revisão de literatura. Brasília: Ipea, 2006 (Texto para Discussão, n. 1173).

SILVA, A. M. Dinâmica da produtividade do setor de serviços no Brasil: uma abordagem microeconômica. *In:* DE NEGRI, J. A.; KUBOTA, L. C. (Org.). **Estrutura e dinâmica do setor de serviços no Brasil**. Brasília: Ipea, 2006.

SILVA, R. A. **Evolução recente do terciário (serviços) no Brasil**. 2009. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, 2009. 140 p.

SOARES, C. S.; TEIXEIRA, J. R. Uma abordagem econométrica do processo de desindustrialização no caso brasileiro: elementos para o debate. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 38., 2010, Salvador. *Anais eletrônicos*. Salvador: ANPEC, 2010. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro_2010.htm#TRABALHOS>. Acesso em: 24 jun. 2011.

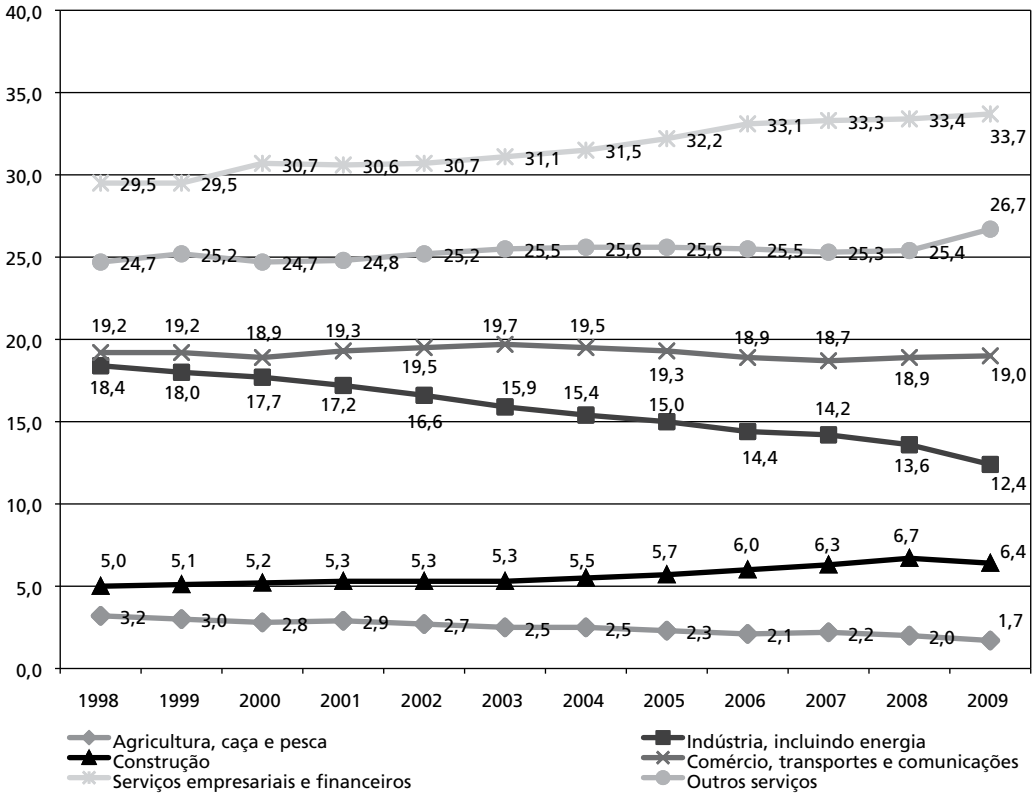
THE ECONOMIST. **Two centuries of hopes and fears**. London, Sept. 2010.

ANEXOS

ANÁLISE DA EVOLUÇÃO SETORIAL DO VAB NA UE

O gráfico 1A, a seguir, apresenta os dados da França.

GRÁFICO 1A
Evolução do VAB por setores na França – preços correntes – 1998-2009

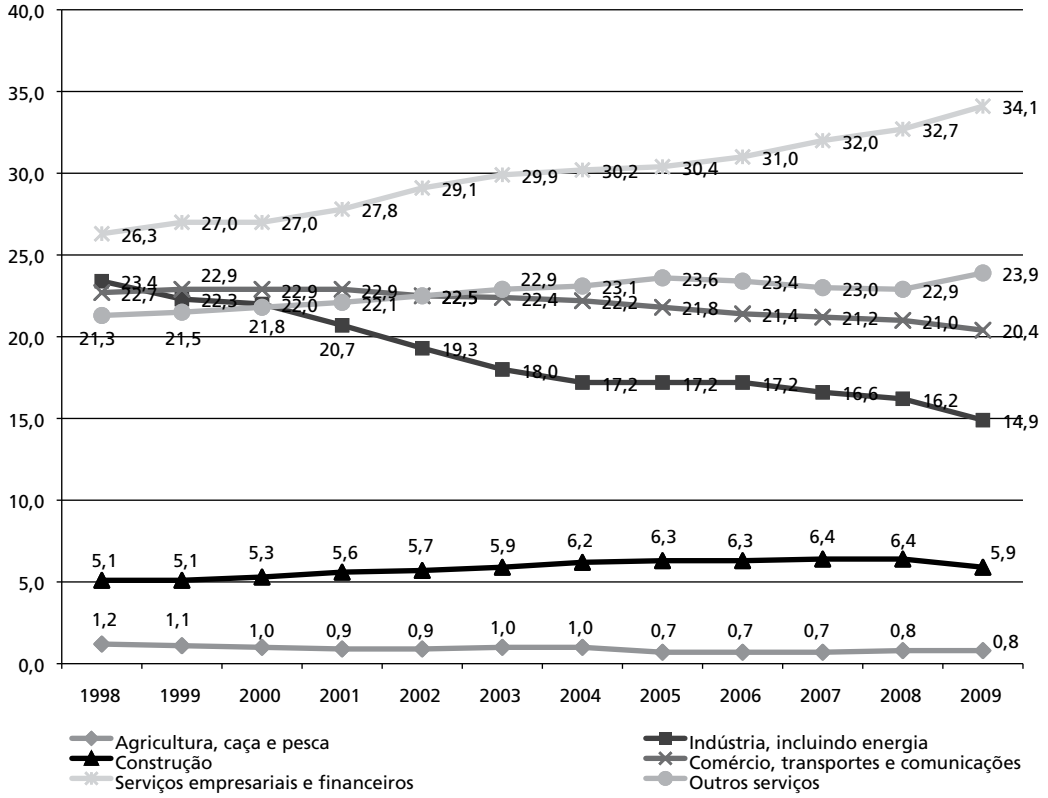


Fonte: Dados do Eurostat.
Elaboração dos autores.
Obs.: Descrição das categorias disponível em: <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/ver-1/national_accounts/documents/A6-A31-A60%20breakdowns.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2010.

A França é a segunda maior economia da Europa. É um país em que a questão agrícola tem um peso político muito grande, mas a participação do setor no VAB decaiu de 3,2% em 1998 para 1,7% em 2009. O setor de construção apresentou incremento na participação, subindo de 5% em 1998 para 6,4% em 2009. A participação da indústria no VAB é muito inferior ao que se observa na Alemanha e tem caído consistentemente de 1998 (18,4%) até 2009 (12,4%).

O setor de comércio, transportes e comunicações mostrou-se relativamente estável no período em análise, oscilando em torno de 19%. Para o de outros serviços, observa-se estabilidade entre 1998 (24,7%) e 2008 (25,4%), com subida para 26,7% em 2009, que também deve refletir os efeitos da crise econômica. O setor de serviços empresariais e financeiros apresenta um incremento consistente, passando de 29,5% em 1998 para 33,7% em 2009; assim como no caso alemão, trata-se de valores superiores ao do conjunto da UE. O gráfico 2A, a seguir, apresenta os dados do Reino Unido.

GRÁFICO 2A
Evolução do VAB por setores no Reino Unido – preços correntes – 1998-2009

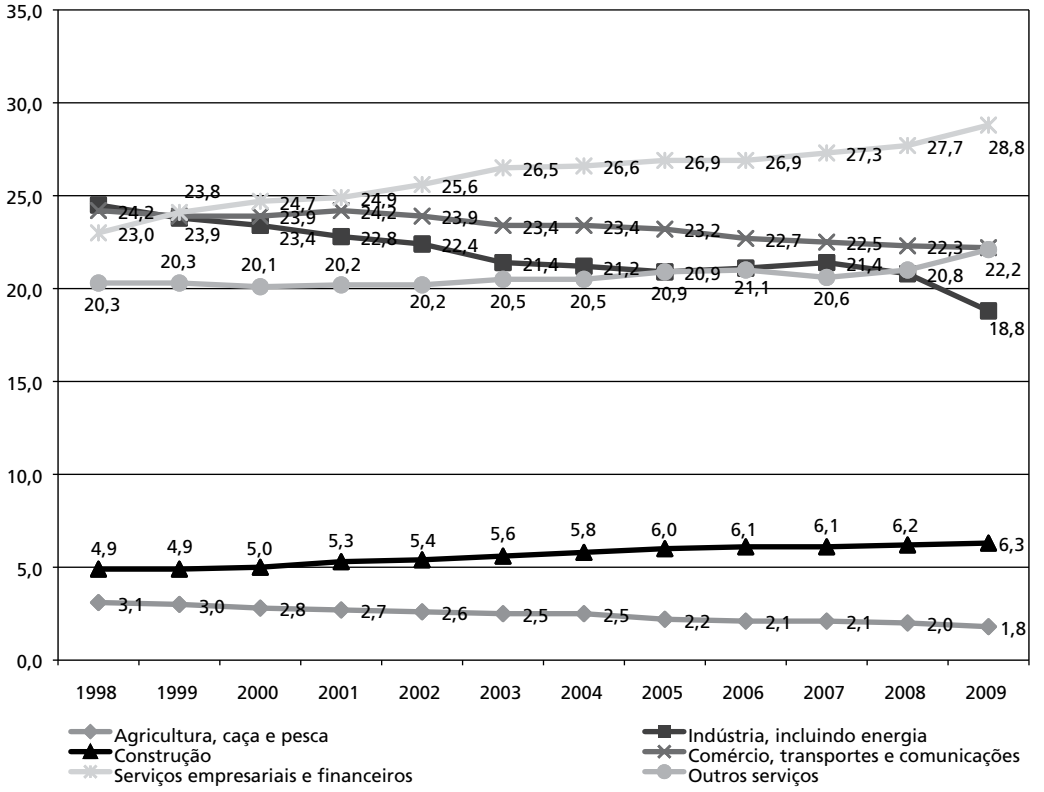


Fonte: Dados do Eurostat.
Elaboração dos autores.
Obs.: Descrição das categorias disponível em: <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/ver-1/national_accounts/documents/A6-A31-A60%20breakdowns.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2010.

No Reino Unido, a participação do setor primário no VAB é reduzida, como na Alemanha, e igualmente decrescente, passando de 1,2% em 1998 para 0,8% em 2009. A contribuição do setor de construção foi de 5,1% em 1998 para 5,9% em 2009. A participação da indústria no VAB sofreu acentuada queda, assim como no caso francês, passando de 23,4% em 1998 para 14,9% em 2009.

O setor de comércio, transportes e comunicações apresentou queda no período em análise, passando de 22,7% em 1998 para 20,4% em 2009. Para o de outros serviços, observa-se ligeiro acréscimo entre 1998 (21,3%) e 2009 (23,9%). O setor de serviços empresariais e financeiros apresenta um incremento consistente, passando de 26,3% em 1998 para 34,1% em 2009; assim como nos casos alemão e francês, trata-se de valores superiores ao do conjunto da UE. O gráfico 3A, a seguir, apresenta os dados da Itália.

GRÁFICO 3A
Evolução do VAB por setores na Itália – preços correntes – 1998-2009

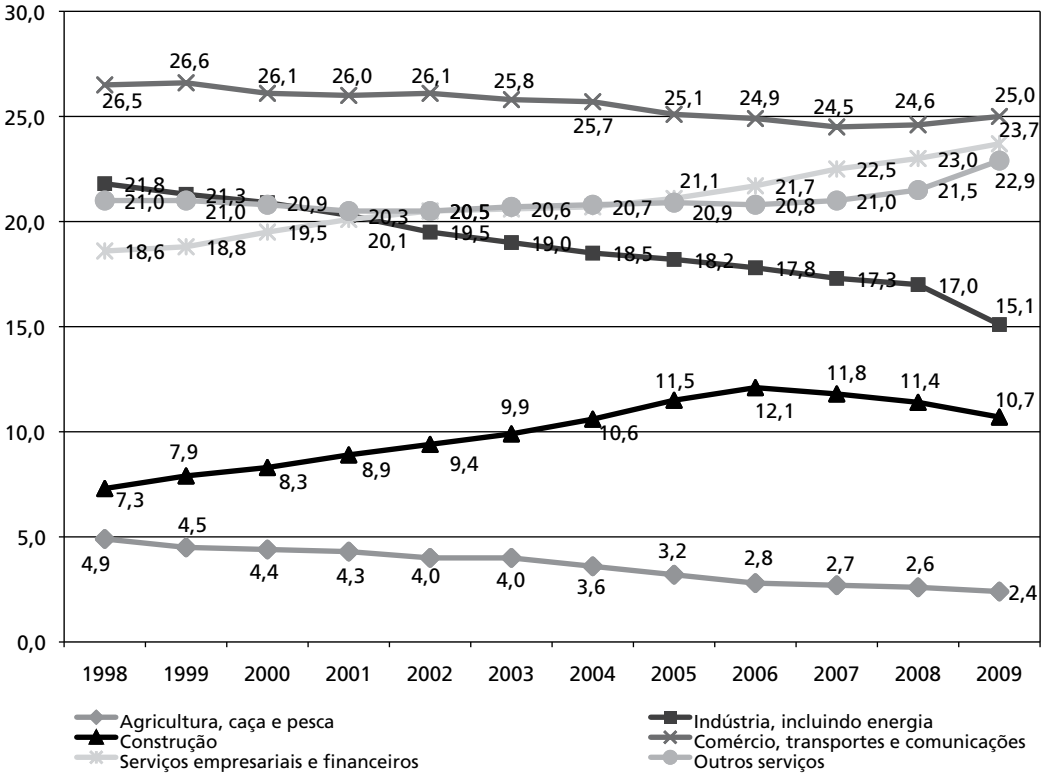


Fonte: Dados do Eurostat.
Elaboração dos autores.
Obs.: Descrição das categorias disponível em: <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/ver-1/national_accounts/documents/A6-A31-A60%20breakdowns.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2010.

A participação do setor primário no VAB apresenta um padrão semelhante ao francês, passando de 3,1% em 1998 para 1,8% em 2009. A contribuição do setor de construção passou de 4,9% em 1998 para 6,3% em 2009. A participação da indústria no VAB sofreu acentuada queda, caindo de 24,5% em 1998 para 20,8% em 2008 e 18,8% em 2009. O caso italiano é o primeiro até o momento em que o período de análise marca a superação da participação dos serviços empresariais e financeiros em relação à indústria em 1999.

O setor de comércio, transportes e comunicações apresentou queda no período em análise, passando de 24,2% em 1998 para 22,2% em 2009. Para o de outros serviços, observa-se estabilidade entre 1998 (20,3%), 2008 (21%) e 2009 (22,1%). O setor de serviços empresariais e financeiros apresenta um incremento consistente, passando de 23% em 1998 para 28,8% em 2009; valores inferiores ao do conjunto da UE. O gráfico 4A, a seguir, apresenta os dados da Espanha.

GRÁFICO 4A
Evolução do VAB por setores na Espanha – preços correntes – 1998-2009



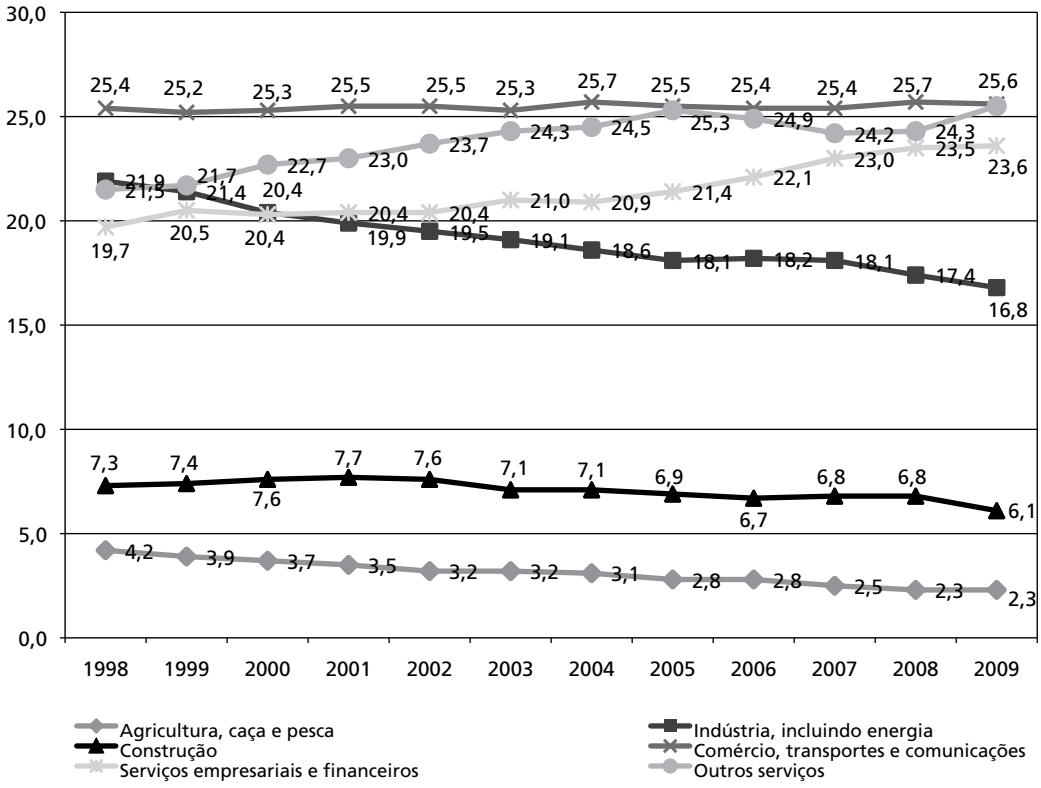
Fonte: Dados do Eurostat.
Elaboração dos autores.
Obs.: Descrição das categorias disponível em: <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/ver-1/national_accounts/documents/A6-A31-A60%20breakdowns.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2010.

As estatísticas para a Espanha apresentam um perfil bastante diferenciado em relação aos casos anteriores. A participação do setor primário no VAB apresenta uma contribuição mais significativa, mas igualmente decrescente, passando de 4,9% em 1998 para 2,4% em 2009. A contribuição do setor de construção foi de 7,3% em 1998 para 12,1% em 2006, caindo para 10,7% em 2009, reflexo da bolha do setor

imobiliário. A participação da indústria no VAB sofreu acentuada queda, passando de 21,8% em 1998 para 17% em 2008 e 15,1% em 2009.

O setor de comércio, transportes e comunicações é extremamente significativo. A contribuição deste para o VAB mostrou-se relativamente estável, passando de 26,5% em 1998 para 25% em 2009. Para o setor de outros serviços, observa-se estabilidade entre 1998 (21%), 2008 (21,5%) e 2009 (22,9%). O de serviços empresariais e financeiros apresenta um incremento consistente, passando de 18,6% em 1998 para 23,7% em 2009; assim como no caso italiano, os valores são inferiores ao do conjunto da UE. O gráfico 5A, a seguir, apresenta os dados de Portugal.

GRÁFICO 5A
Evolução do valor adicionado bruto por setores em Portugal – preços correntes – 1998-2009



Fonte: Dados do Eurostat.
Elaboração dos autores.
Obs.: Descrição das categorias disponível em: <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/ver-1/national_accounts/documents/A6-A31-A60%20breakdowns.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2010.

As estatísticas para Portugal apresentam um perfil semelhante ao espanhol. A participação do setor primário no VAB apresenta uma contribuição mais significativa, mas igualmente decrescente, passando de 4,2% em 1998 para 2,3% em 2009. A participação do setor de construção passou de 7,3% em 1998 para 6,1% em 2009. A contribuição da indústria no VAB sofreu acentuada queda, passando de 21,9% em 1998 para 16,8% em 2009.

O setor de comércio, transportes e comunicações é extremamente significativo, e sua contribuição para o VAB mostrou-se relativamente estável, variando em torno de 25%. Para o de outros serviços, observa-se forte crescimento; a participação no VAB total passou de 21,5% em 1998 para 25,5% em 2009. O setor de serviços empresariais e financeiros apresenta um incremento consistente, indo de 19,7% em 1998 para 23,6% em 2009; assim como nos casos italiano e espanhol, os valores são inferiores ao do conjunto da UE.

TABELA 1A
Níveis de produtividade e taxas de crescimento – 1950-2000
(Em R$ e %)

Setor	1950	1960	1970	1980	1991	2000
PIB por trabalhador – preços de mercado	4.995	7.657	10.808	17.158	15.494	17.020
Taxa média de crescimento		4,36	3,51	4,73	-0,92	1,05
Agricultura	1.306	1.677	2,294	3.743	4,.916	7.316
Taxa média de crescimento		2,53	3,18	5,02	2,51	4,52
Indústria – exceto construção	8.052	14.426	19.463	24.128	26.209	31.440
Taxa média de crescimento		6,00	3,04	2,17	0,75	2,04
Construção	13.275	22,972	20.713	29.578	21.991	21.700
Taxa média de crescimento		5,64	-1,03	3,63	-2,66	-0,15
Varejo e atacado	7.656	10.011	11.583	13.960	8.472	6.908
Taxa média de crescimento		2,72	1,47	1,88	-4,44	-2,24
Transporte e comunicações	1.361	2.041	3.496	8.028	15.117	21.344
Taxa média de crescimento		4,14	5,53	8,67	5,92	3,91
Atividades financeiras	25.169	21.317	39.454	52.082	64.828	71.079
Taxa média de crescimento		-1,65	6,35	2,82	2,01	1,03
Administração pública	6.262	7.850	11.000	10.260	20.287	25.872
Taxa média de crescimento		2,29	3,43	-0,69	6,39	2,74
Outros serviços	22.858	23.673	24.832	33.533	14.247	14.263
Taxa média de crescimento		0,35	0,48	3,05	-7,49	0,01

Fonte: Bonelli (2005, p. 17).

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – **ipea** 2011

EDITORIAL

Coordenação
Cláudio Passos de Oliveira

Njobs Comunicação

Supervisão
Cida Taboza
Fábio Oki
Thayse Lamera

Revisão
Ângela de Oliveira
Cristiana de Sousa da Silva
Lizandra Deusdará Felipe
Regina Marta de Aguiar

Editoração
Danilo Leite

Capa
Luís Cláudio Cardoso da Silva

Projeto gráfico
Renato Rodrigues Bueno

Livraria do Ipea

SBS – Quadra 1 - Bloco J - Ed. BNDES, Térreo.
70076-900 – Brasília – DF
Fone: (61) 3315-5336

Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br
Tiragem: 500 exemplares

ISSN 1415-4765

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

GOVERNO FEDERAL

BRASIL

PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA